



**MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

**MENSAGEM DE PROJETO DE  
LEI ORDINÁRIA N.º 005/2015**

Excelentíssimo Senhor  
Vereador **AMAURI LOVATO**  
Presidente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré.

Encaminhamos a mensagem de Projeto de Lei Ordinária nº 005/2015, visando à abertura de Crédito Adicional para a cobertura das despesas relacionadas ao Conselho Municipal de Saúde.

Contando com a acolhida e aprovação do referido Projeto de Lei Ordinária n.º 005/2015, renovamos à Vossa Excelência e aos nobres Vereadores, nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Almirante Tamandaré, 17 de março de 2015.

**ALDNEI SIQUEIRA**  
**Prefeito Municipal**



**MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

## **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 005/2015**

*“Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências”*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as disposições dos Artigos 49, III e art. 108, inciso I ambos da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte **PROJETO DE LEI**:

**Art. 1º** - Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente no valor de R\$ 77.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos reais), na forma a seguir demonstrada:

Órgão	09	Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Atividade	10.301.0015.2.131	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	
Rubrica	3.1.90.11.00 0303	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	50.000,00
Rubrica	3.1.90.13.00 0303	Obrigações Patronais	10.500,00
Rubrica	3.1.90.16.00 0303	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	100,00
Rubrica	3.1.91.13.00 0303	Obrigações Patronais	9.900,00
Rubrica	3.3.90.30.00 0303	Material de Consumo	1.000,00
Rubrica	3.3.90.36.00 0303	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.000,00
Rubrica	3.3.90.39.00 0303	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00

**Art. 2º** - Para a cobertura da despesa decorrente da abertura do Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso a anulação de dotação orçamentária de acordo com o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$ 77.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos reais), na forma a seguir demonstrada:

Órgão	09	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde



**MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

Atividade	10.301.0015.2.049	Manutenção do Posto 24 Horas	
Rubrica	3.3.90.39.00 0303	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	77.600,00

**Art. 3º** - O crédito adicional referido nesta Lei refere-se à cobertura das despesas para a manutenção do Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 17 de março de 2015.

**ALDNEI SIQUEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 005/2015**  
**JUSTIFICATIVA**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**  
**Excelentíssimos Senhores Vereadores:**

Submetemos à apreciação e aprovação de Vossas Excelências o Projeto de Lei Ordinária nº 005/2015, cujo objeto é a abertura de Crédito Adicional para a cobertura das despesas relacionadas ao Conselho Municipal de Saúde.

A Resolução n.º 453 de 10 de Maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde regulamentou a aprovação de diretrizes para a instituição, a reformulação, a reestruturação e o funcionamento dos Conselhos de Saúde.

A referida norma além de conceituar o conselho de Saúde como “*instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.142/90*”.

Alem disso, determinou em sua Quarta Diretriz que o Poder Executivo Municipal deverá garantir, dentre outros, a autonomia administrativa para o pleno funcionamento do referido colegiado e a **dotação orçamentária**.<sup>1</sup>

Assim há que se proceder à aprovação deste Projeto de Lei Ordinária n.º 005/2015 como atendimento ao disposto na referida resolução garantindo-se o orçamento para a cobertura das despesas do Conselho Municipal de Saúde.

É a justificativa.

Contamos com a presteza e a dedicação que sempre temos recebido dessa Casa, apresentando, desde já, os nossos agradecimentos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ,  
em 17 de março de 2015.

**ALDNEI SIQUEIRA**  
**Prefeito Municipal**

<sup>1</sup> Quarta Diretriz: as três esferas de Governo garantirão autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico.